



ARTIGOS



Prevalência de Discriminação na Vida, entre Travestis, Transexuais e Transgêneros

Junior Araujo Sousa, *Universidade Católica de Santos*

Taiane Miyake Alves de Carvalho Rocha, *Comissão Municipal de Diversidade Sexual de Santos*

Claudia Renata dos Santos Barros, *Universidade Católica de Santos*

O presente trabalho objetivou estimar a prevalência de discriminação sofrida na vida, entre travestis, transexuais e transgêneros. Trata-se de um estudo transversal com abordagem quantitativa, realizada em Redes Sociais, entre fevereiro e abril de 2017. Os grupos foram selecionados por meio de postagem da pesquisa em grupos específicos e na página da pesquisa, tendo uma amostral final de 869 participações. Do total entrevistados, 55,24% relataram ter sofrido alguma discriminação na vida. Ao descrever os episódios de discriminação observou-se que 49,7 ocorrem em ambiente familiar, 49% na escola e 62,7% no trabalho. Particularmente no ambiente familiar, alta proporção foi relacionada à aceitação de identidade de gênero. Conclui-se que os processos discriminatórios na vida ocorrem em diferentes ambientes relacionados à formação, condição de trabalho e suporte social familiar, os quais aumentam as situações de vulnerabilidade social entre travestis, transexuais e transgêneros.

PALAVRAS-CHAVE: Discriminação; Identidade de Gênero; Sofrimento.



Introdução

A discriminação é um importante indicador utilizado mundialmente, pois permite identificar os efeitos negativos na saúde, como também na vida social de populações caracterizadas como fora dos padrões sociais (BAUMGARTEN et al., 2015; REISNER et al., 2016). Essa discriminação pode ser caracterizada como uma resposta comportamental ao estigma (atitudes negativas em relação ao valor de grupos sociais específicos) e ao preconceito (opinião já formada, sem uma análise crítica, fruto de uma intolerância), diante disso, a literatura tem reportado muitos casos discriminatórios com o grupo de LGBT (Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transexual) (PARKER, 2012; SANCHEZ; NAPPO, 2002).

Entre essas populações que são vítimas de discriminações, destacam-se que os atos discriminatórios acometem mais quem possui uma vivência de gênero discordante com o que era esperado pela sociedade heteronormativa e toda essa discriminação na vida pode se converter em adoecimento, sofrimento, vulnerabilidade para vários tipos de violências e em muitos casos ocasionar até a morte (DE JESUS, 2012; SANTOS; SHIMIZU; HAMANN, 2014).

Internacionalmente, autores observaram que a discriminação sofrida está associada com maiores escores de depressão e ansiedade. Estes atos discriminatórios analisados no referido estudo foram em decorrência da identidade de gênero e /ou orientação sexual, além de outras questões relacionada às minorias sociais, como a raça/cor e condições econômicas (KHAN; ILCISIN; SAXTON, 2017).

Neste sentido, importante esclarecer que a identidade de gênero se refere, sob a perspectiva social da construção de gênero, em como a pessoa se vê, como ela se descreve e como deseja ser reconhecida. Assim, de forma conceitual, as travestis se caracterizam por usarem roupas femininas, cabelos, cosméticos, hormônios comprados em farmácias para modificarem os corpos masculinos e serem mais femininas (CHIDIAC; OLTRAMARI, 2004; KULICK, 1998; SÃO PAULO, 2014).

Entretanto existem na literatura científica outras definições em relação as travestis, como a abordada por De Jesus (2012, p.9) que as conceitua como pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero. Enquanto que na tese de Andrade (2012, p.93) esclarece no capítulo “*Multiplicidades da*



identidade em travessia”, que a forma como estas pessoas constroem sua imagem no corpo e na mente varia de uma para outra, assim como suas autodefinições, obtendo até respostas distintas, quando comparadas a literatura.

Já Judith Butler (2003, p.24-25) esclarece sobre o processo de construção dessa identidade, como:

Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que o homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino (BUTLER, 2003, p.24-25).

Em relação as transexuais, segundo a Cartilha de Comunicação LGBT do Estado de São Paulo, são pessoas que manifestam necessidades de realizações corporais, por meio de terapias hormonais e intervenções médicos-cirúrgicas, porém nem todas manifestam o desejo de realizar a cirurgia de redesignação sexual (SÃO PAULO, 2014).

Enquanto que Berenice Bento (2012, p.2656) reforça e amplia a discussão dessa conceituação, sendo:

Homem trans são as pessoas que nascem mulheres e que demandam o reconhecimento social ao gênero masculino e como mulheres trans as pessoas que nascem homens e que reivindicam o reconhecimento social ao gênero feminino. A cirurgia de transgenitalização, portanto, não se configura como um marcador nesta definição. (BENTO, 2012, p. 2656).

Em relação aos transgêneros, no Brasil, são caracterizadas como pessoas que transitam entre os gêneros, em específico as *Drag Queen* e *Drag King* que se vestem com roupas do gênero oposto com finalidade artísticas e profissionais (DE JESUS, 2012; SÃO PAULO, 2014). Em outras palavras, as *drags* subvertem a ideia de gênero quando demonstram a não naturalização dos gêneros e da identidade sexual (LOURO, 2004).

Louro (1997), acrescenta a discussão que toda e qualquer identidade (sexual, étnica, de classe ou de gênero) é uma construção social, que toda identidade está sempre em processo, portanto nunca acabada, pronta ou fixa.

No que diz respeito a discriminação e identidade de gênero, no Brasil, observa-se episódios de discriminação vivenciados por pessoas



trans em vários ambientes e contextos, conforme estudo qualitativo, o qual foi relatado episódios de opressão e discriminação desde o momento do reconhecimento de sua identidade junto a família (SOUZA et al., 2015).

Outro estudo qualitativo brasileiro, realizado com 25 mulheres trans e travestis observou-se que todas relataram discriminação no ambiente familiar, que resultou em expulsão de casa, falta de relacionamento com os pais e desrespeito em relação ao uso do nome social por parte de familiares (LICCIARDI; WAITMANN; OLIVEIRA, 2015).

Além do ambiente familiar, mas também relacionado a este, os estudos brasileiros apresentam relatos da discriminação sofrida na escola e no trabalho, que muitas vezes resultam em evasão escolar e inserção em trabalhos como a prostituição (ANDRADE, 2012; LICCIARDI; WAITMANN; OLIVEIRA, 2015). E na etnografia de Vergara (2014, p.205-206) com as *Drag Queens* e travestis demonstrou que a solidão é constante durante a trajetória, que quem as aceita acaba sendo alvo de atenção e aconchego, mas sempre se preocupando com o futuro, diante das angústias e incertezas diante da luta da sobrevivência que se resolve a cada dia.

Diante da relação da discriminação com efeitos negativos à saúde e com aumento a vulnerabilidade social, além da escassez de estudos epidemiológicos sobre a temática, considera-se relevante a compreensão da discriminação sofrida entre travestis, transexuais e transgêneros. Assim, este estudo teve como objetivo estimar a prevalência de discriminação sofrida em algum momento na vida, entre as travestis, transexuais (Mulheres transexuais e homens trans) e transgêneros (*Drag Queen, Drag King*).

Para isto, foi desenvolvido um estudo epidemiológico que por suas características possibilita fazer inferências sobre populações em questões sociais e de saúde, na próxima seção, destaca-se os métodos do trabalho, resultados com considerações dos autores e descritivos em tabelas, além das seções de discussões, limitações do estudo e conclusões.

Métodos



O presente estudo caracteriza-se como transversal com abordagem quantitativa.

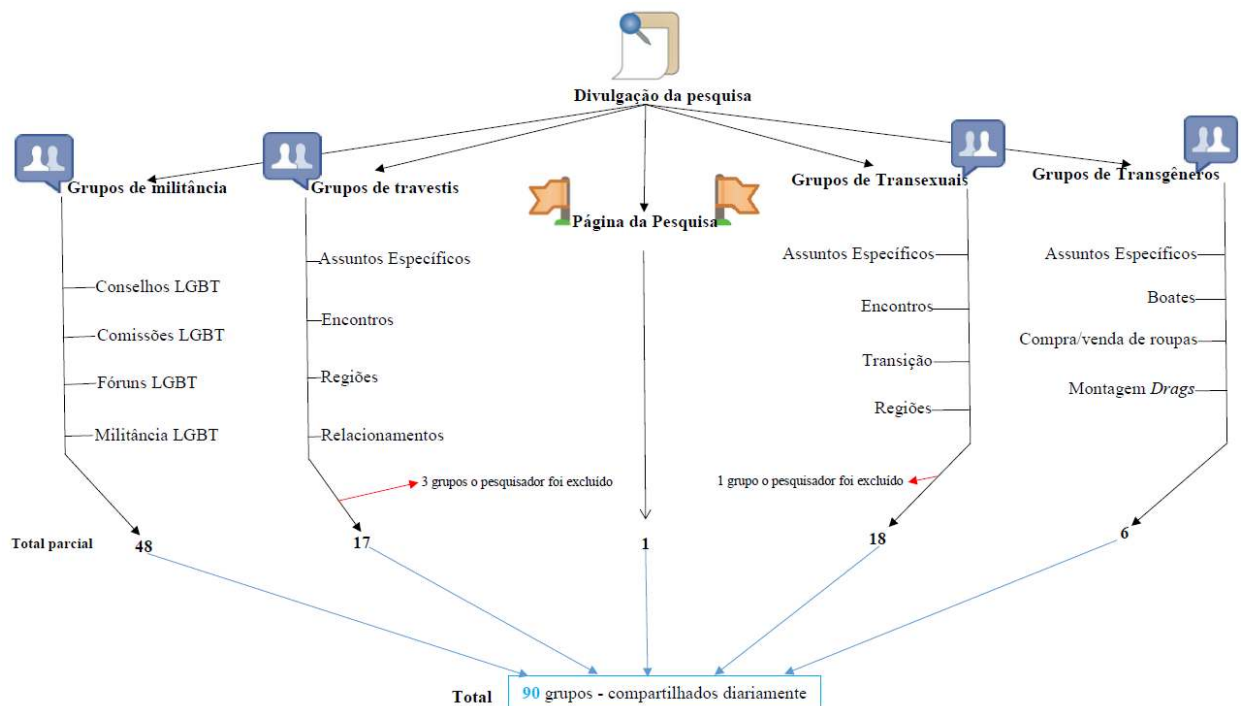
Tendo como grupo amostral as Travestis, Transexuais (Mulheres Transexuais e Homens Trans) e *Drag Queen*, *Drag King* (Transgêneros).

Para estimar o número amostral de participação, foi realizado o cálculo extraído de a lógica da determinação do tamanho da amostra em investigações epidemiológicas de Luiz e Magnanini (2000, p.15), que resultou em uma estimativa amostral de 1067 entrevistas.

A coleta de dados foi realizada via Redes Sociais (Facebook) e com a página da pesquisa financiada mantida com a verba recebida da bolsa CAPES na modalidade de doutorado de um dos autores, realizado no período de fevereiro até abril de 2017, sendo assim, uma amostra caracterizada por conveniência.

Essa metodologia teve como finalidade trazer o maior nível possível de diversidade amostral para o estudo, que aceitaram voluntariamente participar do estudo acessando o link da pesquisa divulgado diariamente em 90 grupos, conforme pode ser observado na figura 1.

Figura 1: Esquema de divulgação nas Redes Sociais (Facebook).



Fonte: Autoria própria.

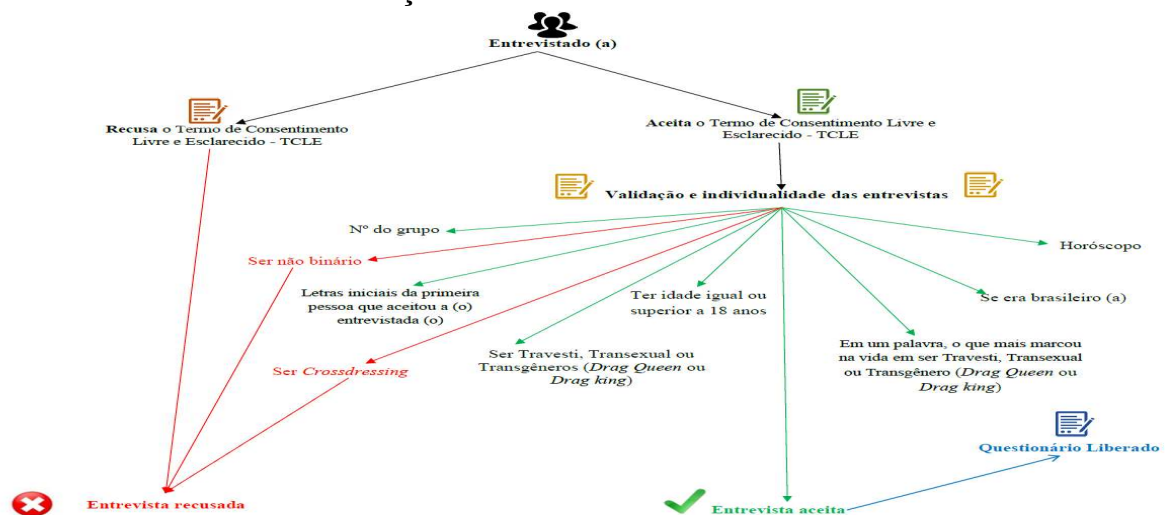


Acrescenta-se que antes da divulgação do questionário, conforme exposto na figura 1, o mesmo foi testado por uma Coordenadora Executiva de uma Comissão Municipal de Diversidade Sexual no Brasil, que se identifica travesti politicamente e socialmente mulher transexual, militante e agente de prevenção voluntária LGBT, após o respectivo parecer e ajustes finais o instrumento de coleta de dados foi liberado para divulgação, entre os grupos.

Este questionário era composto por universos temáticos, sendo esses de identificação pessoal, discriminação na vida e em estabelecimentos de saúde¹ com abordagem em políticas públicas, confeccionado pelo google formulários.

Para garantir a individualidade no estudo foram adotadas estratégias de validação nas entrevistas (**preenchimento obrigatório**) e critérios de exclusões de entrevistas, quando todos os requisitos eram cumpridos o questionário era liberado para preenchimento, figura 2.

Figura 2: Procedimento metodológico para recebimento e validação das entrevistas online.



Fonte: Autoria própria.

1 Utilizou-se o termo estabelecimentos de saúde, em vez de serviços de saúde, devido a possibilitar maiores inferências, além de acordos internos entre grupos de pesquisa no estado de São Paulo.



Diante de tudo isso, o estudo obteve 1068 entrevistas cadastradas e 4 entrevistas removidas pelos critérios de exclusão, conforme estabelecidos na pesquisa e no pré-teste inicial. Assim esse artigo contempla uma amostra de 869 entrevistas que responderam o questionamento sobre discriminação na vida (sim/não) para a análise estatística e 590 (67,89%) correspondente a descrição da alternativa sim.

Para as análises estatísticas com finalidade de avaliar as possíveis associações, entre as proporções foi utilizado o teste de qui-quadrado de Pearson, com nível de significância de 5% (0,05), $p \leq 0,005$, com a utilização do programa STATA 14.0 (Stata corp, Texas, USA).

A variável dependente foi ter sofrido discriminação na vida e as variáveis independentes identidade ou expressão de gênero, sexo, orientação sexual, cidade e país de moradia, idade, violência e militância LGBT. Enquanto que as variáveis escola, trabalho, família, sair do armário, se assumir e sofrer violência não fazem parte do teste, devido as suas respectivas dependências com a variável dependente.

Em relação aos aspectos éticos, a pesquisa teve a aprovação do Comitê de Ética da Universidade Católica de Santos – UNISANTOS, em 13 de dezembro de 2016, CAAE:60696716.5.0000.5536, número do parecer: 1.886.562.

Resultados

A discriminação sofrida na vida foi relatada em 590 (55,24%) casos. Entre as pessoas que sofreram discriminação na vida, observou-se que no ambiente familiar, os parentes próximos 293 (49,66%) foram os principais perpetradores dos atos.

Quando essa situação é ampliada e questionado sobre a aceitação, entre os familiares, se destacou a aceitação de um membro da família, enquanto outro rejeitou com 221 (37,46%). Mesmo diante da aceitação parcial 155 (26,27%) de casos relatou a expulsão de casa.

Ainda na Tabela 1, observa-se destaque para violência física 266 (45,08%) e sexual 21 (3,56%), após a revelação de sua identidade no ambiente familiar.

As discriminações na vida não ficaram restritos ao universo familiar, 289 (48,98%) e 370 (62,71%) relataram episódios na escola e no trabalho, com consequentes efeitos negativos para a saúde. (Tabela 1).



Os dados descritos na tabela 1 possibilitam inferir sobre as dificuldades de aceitações, entre as (os) entrevistadas (os) com as respectivas famílias sobre assuntos pertinentes a identidade social ou até mesmo relacionada à expressão do gênero masculino ou feminino na sociedade. Estes dados demonstram que além da intolerância os parentes tiveram grande influência negativa dentro do âmbito familiar, que prevalece a relação de poder e a construção social da heteronormatividade.

Mais alarmante são os índices de violência por se assumir, deixando outra reflexão do ato da força como corretivo, inclusive o sexual, caracterizando-se até como casos de incestos, que independente da tipologia da violência, todas deixam marcas físicas e/ou psicológicas na pessoa. Importante refletir que a discriminação de uma sociedade heteronormativa acaba influenciando na conduta discriminatória de outros espaços institucionais, tais como na escola e no trabalho, proporcionando maiores sofrimentos a curto, médio e longo prazo.

Tabela 1: Prevalência de discriminação na vida. São Paulo. 2017.

Variáveis do estudo	Frequências	
	n	%
Discriminação por familiares^{A1}(n=590)		
Influência dos Tios na família	61	10,34
Influência materna	51	8,64
Influência paterna	40	6,78
Irmã e/ou Irmão	51	8,64
Mãe, Pai	10	1,69
Não sofreu discriminação familiar	17	2,88
Outros	20	3,39
Parente Distante	21	3,46
Parente próximo	293	49,66
Aceitação Familiar^{A2}(n=590)		
Fui expuls(a) de casa	155	26,27



Irmã e/ou Irmão aceitou	3	0,51
Irmãos não aceitaram	35	5,93
Meus pais aceitaram	65	11,02
Meus pais não aceitaram	30	5,08
Outros	67	11,36
Um aceitou e o outro não	221	37,46
Assumir e Violência Familiar^{A3}(n=590)		
Não ter sofrido violência, devido não ter se assumido	1	0,17
Não sofreu violência	97	16,44
Violência Física	266	45,08
Violência Psicológica	55	9,32
Violência Sexual	21	3,56
Violência Verbal	142	24,07
Ter sofrido discriminação na escola e ter problemas de saúde depois^{A4}(n=590)		
Não	279	47,29
Sim	289	48,98
Ter sofrido discriminação no trabalho e ter problemas de saúde depois^{A5}(n=590)		
Não	207	35,08
Sim	370	62,71

^{A1}Respostas em branco (Rb): 26 (4,41%), ^{A2}Rb: 14 (2,37%), ^{A3}Rb: 8 (1,36%), ^{A4}Rb: 22 (3,73%), ^{A5}Rb: 13 (2,20%).

Já nos resultados abrangendo as características sociodemográficas segundo a discriminação na vida, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas.

Contudo, observa-se altas prevalências de discriminações sofridas, desde a respectiva identidade atual, orientação sexual, sexo de nascimento, idade em que as mesmas se assumiram perante os familiares e até a ocorrência dos atos discriminatórios em cidades médias e pequenas (Tabela 2).



Diante dos fatos enunciados na tabela 2, percebe-se alta discriminação no Brasil, principalmente em cidades pequenas e em etapas da vida (0 |--- 11anos) de maior vulnerabilidade emocional e econômica. Esses achados demonstram a preocupante frequência de discriminação, seja pela orientação sexual, sexo de nascimento e um dos piores índices de sofrerem por serem elas mesmas.

Tabela 2: Prevalência de discriminação na vida, de acordo com as variáveis sociodemográficas. São Paulo. 2017.

Variáveis Independentes	Ter sofrido discriminação na vida				p*
	Não		Sim		
	n	%	n	%	
País de Moradia^{A1}(n=869)					0,455
Brasil	275	98,57	583	98,81	
Outros	0	0,00	2	0,34	
Cidade de Moradia^{A2}(n=869)					0,474
Capital	44	15,77	99	16,78	
Cidade Grande	34	12,19	67	11,36	
Cidade média	104	37,28	182	30,85	
Cidade pequena	92	32,97	228	38,64	
Internacional	1	0,36	3	0,51	
Idade em que se assumiu^{A3}(n=869)					0,564
Adolescente (12 ---18 anos)	91	30,64	194	32,88	
Adulto (19 ---39 anos)	43	14,48	74	12,54	
Criança (0 --- 11anos)	110	37,04	255	43,22	
Orientação sexual^{A4}(n=869)					0,310
Assexual	2	0,72	3	0,51	



Bissexual	14	5,02	17	2,88
Heterossexual	169	60,57	392	66,44
Homossexual	83	29,75	152	25,76
Sexo de nascimento^{A5}(n=869)				0,339
Feminino	35	12,54	58	9,83
Masculino	240	86,02	527	89,32
Militância^{A6}(n=869)				0,139
Não	134	48,03	254	43,05
Não, mas acompanho as conquistas	103	36,92	215	36,44
Sim	33	11,83	105	17,80
Identificação (n=869)				0,250
<i>Drag Queen</i>	15	5,38	28	4,75
Homem Trans	37	13,26	69	11,69
<i>Drag King</i>	4	1,43	5	0,85
Mulher Transexual	66	23,66	110	18,64
Travesti	157	56,27	378	64,07

^{A1}Respostas em branco (Rb): 5 (0,85%), ^{A2}Rb: 11 (1,86%), ^{A3}Rb: 67 (11,36%), ^{A4}Rb: 26 (4,41%), ^{A5}Rb: 5 (0,85%), ^{A6}Rb: 16 (2,71%).

*p-valor: probabilidade de significância - teste do qui-quadrado de Pearson.

Discussão

A discriminação, como observada no presente estudo, parece fazer parte da vida de travestis brasileiras, inclusive com sua inserção no trabalho de prostituição Kulick (1998). A frequência de atos discriminatórios continua mesmo após 19 anos entre o estudo citado e este epidemiológico realizado também no Brasil. O presente estudo não analisou a inserção no mercado de trabalho, mas os relatos observados em estudo em 2015, descrevem a discriminação como fator relacionado a esta atividade profissional (LICCIARDI; WAITMANN; OLIVEIRA,



2015). A relação entre o sofrimento de discriminação e a inserção no mercado do sexo pode ser explicada pela falta de oportunidade pela evasão escolar e menor oportunidade de trabalho em decorrência da expulsão de casa após a revelação de sua identidade.

Importante destacar, como observado, que o sofrimento de discriminação pode estar acompanhado de episódios de violência física e/ou sexual. Neste sentido, apesar de alta prevalência, nossos achados foram menores ao observado por Lobardi et al., (2002), que foi prevalência de 59,5% para violência na vida e ter sofrido estupro com 14% para Travestis e *Drag Queens* e 21% para transexuais. Essas diferenças podem estar relacionadas ao modo do questionamento sobre a violência sofrida, em nosso estudo foi especificamente relativa a revelação de sua identidade gênero. A violência apresenta uma complexidade para sua análise, seja como vítima ou perpetrador em suas relações de poder sociais, seja no âmbito micro ou macro (MINAYO, 1994). Esta complexidade dificulta uma comparação direta entre diversos estudos com diferentes abordagens teóricas.

Em concordância com nossos achados, Berril e Herek (1990) explicam que quando a orientação sexual e a identidade ou expressão de gênero são reveladas, as pessoas sofrem de diferentes e incontáveis formas de discriminação, principalmente por violência e expulsões de seus lares. Fato encontrado também por Klein e Golub (2016) nos Estados Unidos.

Em seu diário de campo Silva (2017) com Lgbteens² em Campinas – São Paulo, relatou o desabafo dos mesmos sobre o medo de sofrerem discriminação ao conversarem com os pais sobre “*chuca, homem que menstrua, virgindade LGBT, identidade de gênero, entre outros*”.

Além do espaço familiar, outros espaços com grande potencial para a ocorrência de atos discriminatórios são a escola e os ambientes de trabalho com grandes agravos para saúde, conforme observado em nosso estudo e corroborado por Azevedo; Comin; Spizzirri (2015), Oliveira et al., (2010), Silva e Junior (2016).

Na Filadélfia, Sausa (2005) encontrou dados alarmantes sobre as experiências de transfobias e violências em ambiente escolar. Nolle;

² LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis). Teen é a abreviação de teenager, que em inglês significa adolescente.



Marx; Katz (2006, p.56) informa que a discriminação esteve associada com tentativas de suicídio, principalmente em menores de 25 anos. Essa situação é explicada por Lombardi et al., (2002), em virtude das pessoas que se identificam trans quebrarem a binaridade da norma de gênero (homem/mulher).

Apesar da importância da discussão de gênero no ambiente escolar, com objetivo de diminuir e, quem sabe erradicar esses atos transfóbicos nestes ambientes, no Brasil, ainda, nos encontramos em discussões para implantação desses temas aos estudantes. Discussões estas de cunho social e político que dificulta a viabilização da atuação de profissionais capacitados com a temática.

Fato, inclusive muito discutido em que as barreiras sociais, culturais e a falta de espaço no mercado formal de trabalho acabam empurrando esses públicos para o desemprego, o subemprego e até para prostituição, ou seja, é um universo diferente do habitual, de muita luta e tristeza (BERRIL; HEREK, 1990; MIYAKE, 2016; NICÁCIO; VIDAL, 2016).

Mason (2017) relatou em experiência própria que não pensava em ter um emprego formal de professor, sendo uma *Drag Queen*. Kaffer et al., (2016) relatou as dificuldades na realização de cursos profissionalizantes e para permanecer no mercado formal, além da prostituição para as travestis e transexuais.

As discriminações estão muito interligadas com o padrão heteronormativo da sociedade, no qual a pessoa que mais se assemelha ao padrão homem/masculino e mulher/feminina é aceito, enquanto que travestis, transexuais, gays efeminados e lésbicas masculinizadas continuam sendo rechaçadas (BROILO; AKERMAN, 2015).

Resumidamente, Venturi e Bokany (2011) explicam que a homo/transfobia acontece mais nesses espaços de trabalho e escola, em virtude de serem os locais onde as pessoas ficam/passam mais tempo, o que aumenta a possibilidade de atos discriminatórios.

Situações e fatos que o presente artigo discutiu, quando identificou a discriminação na escola e trabalho, já que 55,24% tiveram problemas de saúde decorrentes dos acontecimentos em tais espaços. Por isso, a saúde mental e física são os grandes alvos dos efeitos da discriminação sofrida, além de situações de depressão, estresse, entre outros (ELLIS; GOLDSSEN, 2017; PASCOE; RICHMAN, 2009).



Reunindo os dados da tabela 1 e 2 em comparativo com a literatura internacional, percebeu-se resultados similares associados com a idade, raça/etnia e a orientação sexual (MEYER et al., 2017). No que diz respeito à serviços de saúde, destaca-se a dificuldade de acesso (BRADFORD et al., 2013). Enquanto, os estudos nacionais identificaram mais associações com o atendimento em serviços de saúde e tratamentos de HIV/Aids (SOUSA, 2016a), homicídios nas avenidas brasileiras para as travestis, transexuais (NICÁCIO; VIDAL, 2016), migrações de cidades pequenas para capitais para transição corporal e de gênero (SOUZA; PRADO; MACHADO, 2016), além do uso de silicone industrial (PINTO et al., 2017) e medo de assumir a identidade de gênero ou orientação sexual, devido a discriminação (SILVA, 2016a).

Essa multifatorialidade relativa aos episódios de discriminação nos direciona a pensar sobre a sinergia de “pragas” vivenciadas por pessoas trans. Esta sinergia refere-se a diversos fatores que estão interligados, entre eles estão as condições econômicas, raça/cor, educação que algumas vezes funcionam com a causa para a discriminação e outras como o efeito destes atos. Entretanto, como causa ou efeito, torna-se um ciclo de sofrimento de violência e discriminação, que reflete na naturalização e invisibilidade dos atos em si.

Importante enfatizar que nos resultados da tabela 2, todas as orientações sexuais sofreram discriminações durante o decorrer da vida, porém um ponto que chama a atenção pela ocorrência foi a categoria da homossexualidade. Carrara (2016, p.29) explica que as pessoas que transitam entre sexo/gênero, como travestis, e transexuais, a resposta vai depender do ponto de vista das trajetórias pessoais e de como são socialmente percebidas (ativas/passivas).

Assim, a discriminação ainda é um dos motivos para tantas perseguições de milhares de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros em 76 países do mundo e em 5 (Irã, Maurtânia, Arábia Saudita, Sudão e Iêmen (algumas regiões da Nigéria e Somália) condenam a morte (SOUSA, 2016b). Contudo, a realidade no Brasil não é muito diferente já que o grupo Gay da Bahia (2014), que aponta uma morte de pessoa LGBT a cada 28 horas, em média em solo brasileiro.

Hmc (2016, p.45) introduz a discussão que o Brasil é o país onde mais se matam travestis e transexuais em todo o mundo e quando questionado as mesmas sobre sua idade, usando a expressão “Quantos



anos você tem de lucro? ”. Se a travesti, por exemplo, tem 32 anos, a resposta seria: “Tenho 2 anos de lucro”. Porque elas sabem que a maioria, infelizmente, morre na faixa dos 30 anos, mencionado por Hmc (2016, p.27).

Outro questionamento do presente artigo identificado nos resultados de não ter encontrado significância em ser da militância LGBT e ter sofrido discriminação. Vieira (2013) explica que as Associações, Comissões, Organizações não governamentais que estudou foram criadas por pessoas LGBT que foram discriminadas em algum momento da vida. Isto demonstra que embora não tenhamos encontrado similaridade entre as duas variáveis, ser da militância foi uma consequência da discriminação sofrida, em virtude das injustiças sociais que a mesma causa na vida de uma pessoa, conforme enfatizado durante o decorrer do artigo.

Assim, Silva (2016b), alega que ser da militância é marcar presença em espaços públicos, a de colocar o corpo na rua, mas não um corpo único e desejável, mas corpos que desafiam a heteronormatividade, que havia lhes dado o armário como única possibilidade.

Limitações

No que diz respeito a limitações do presente estudo, observou-se alta prevalência de respostas em branco em algumas variáveis, entre elas estão: discriminação por familiares, aceitação, idade em que se assumiu, sexo de nascimento, orientação sexual, entre outros. Lobardi et al., (2002) identificou situações similares, com o nosso estudo, demonstrando uma prevalência entre 0,5 e 16,4% de 423 entrevistas nas variáveis de idade, orientação sexual, identidade de gênero ou expressão.

Outro ponto relevante refere-se a amostra por conveniência e a seleção via redes sociais. Este tipo de amostra resulta em viés de resposta com subestimação do desfecho estudado. Entretanto, neste caso observa-se similaridade com outros estudos que utilizaram metodologias diferentes. Assim, considera-se que, no presente, foi possível estimar a prevalência da discriminação sofrida.

A seleção por redes sociais, apesar de ser considerada uma nova estratégia de captação, mostrou-se útil para essa população de difícil acesso e de acordo com outros estudos, tais como Rosser (2007) com um



inquérito populacional nos Estados Unidos, inquérito para professores concebido por Avramides et al., (2015, p.5), de protocolo para cirurgias graves aplicado por Agha et al. (2016, p.320) e com estudantes LGBT pelo Brasil desenvolvido pela Ablgt (2016, p.18).

Conclusão

A realização de pesquisas científicas no universo da discriminação, com base nos dados apresentados e reforçados por achados de outros autores, permite inferir sobre os efeitos negativos que os atos discriminatórios têm na vida de uma pessoa, como uma cicatriz, já que não poder se assumir é trancar as pessoas em um armário, as impedindo de ser elas mesmas, gerando sofrimento.

A discriminação na vida perante a intolerância familiar, entre outros fatores (multifatorial) possibilita que a invisibilidade às pessoas transexuais e travestis reflita no distanciamento do acesso ao universo da educação, trabalho e até de se cuidar.

Por isso, ainda é preciso avançar e muito no quesito de aceitação, acolhimento, principalmente no âmbito familiar, afinal, tudo isso gera inúmeras formas de sofrimento e marcam eternamente na vida de uma pessoa, sem distinção se é uma Travestis, Transexuais, *Drag Queen* ou *Drag King*.

Importante destacar que uma das missões da ciência é possibilitar o dialogo relacionado a assuntos intocáveis, que apenas o silêncio é a marca deixada pela discriminação na tentativa de recordar momentos indesejados e sofríveis na vida por ser LGBT em solo brasileiro.

Agradecimentos

Em vales de Rosas e Espinhos em que o silêncio reina e lá no fim do túnel o gênero se torna espaço de inclusão e acolhimento, que por destas palavras alcancem o esplendor de vossa senhoria, Dra. Silvia Regina Viodres Inoue por toda a ajuda prestada no Doutorado e um agradecimento financeiro à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa cedida no programa stricto sensu em Saúde Coletiva, que tanto ajudou na manutenção do estudo online.



E agradecimento especial para Michelle Ayumi Shishido, mulher transexual que foi a diva inspiradora do estudo do doutorado, assim muito obrigado pela amizade e por todos os momentos vivenciados.

Em momentos de humanizações e momentos singelos de aconselhamentos que pela ética e magnitude se manifestam na luz do cuidado, assim, agradeço singelamente a Prof^a. Me. Joice Maria Pacheco Antônio Fernandes.

Referências Bibliográficas

ABGLT, Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Dados descritivos da pesquisa - O Ambiente Educacional no Brasil: as experiências de estudantes LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais)**. 1^oed. Secretária de Educação, Curitiba, PA, 2016.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa**. 2012. 279f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2012.

AGHA, Riaz A. et al. **Preferred reporting of case series in surgery; the process guidelines**. International Journal of Surgery, vol.36, p. 319-323, 2016.

AVRAMIDES, Katerina; et al. **A method for teacher inquiry in cross-curricular projects: Lessons from a case study**. Br J Educ Technol, vol.46, p.249–264, 2015.

AZEVEDO, Roberta Noronha; COMIN, Fabio Scorsolini.; SPIZZIRRI, Giancarlo. "Tem que nascer já com aquele dom": vivências de uma jovem travesti. **Rev. abordagem gestalt.**, vol. 21, n. 2, p. 202-212, 2015.

BAUMGARTEN, Alexandre; et al. Experiências de discriminação relacionadas aos serviços de saúde: análise exploratória em duas capitais do Sul do Brasil. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, vol. 24, n. 3, p. 353-362, 2015.



BENTO, Berenice. Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 17, n. 10, p. 2655-2664, 2012.

BERRILL, K. T.; HEREK, G. M. Primary and Secondary Victimization in Anti-Gay Hate Crimes: Official Response and Public Policy. **Journal of Interpersonal**. vol.5, p.401-413, 1990.

BRADFORD, Judith; et al. Experiences of transgender related discrimination and implications for health: results from the Virginia Transgender Health Initiative Study. **Am J Public Health**. vol.103, n. 10, p.1820–1829, 2013.

BROILO, Rodrigo; AKERMAN, Jacques. Políticas públicas de saúde para a população LGBT no Brasil: identidades sexuais e novas zonas de exclusão. **Cadernos de Gênero e Diversidade**. vol.01, n.01, pp. 232-250, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRARA, Sergio. A antropologia e o processo de cidadanização da homossexualidade no Brasil. **Cad. Pagu** [online], n.47, e164717, 2016.

CHIDIAC, Maria Teresa Vargas; OLTRAMARI, Leandro Castro. Ser e estar drag queen: um estudo sobre a configuração da identidade queer. **Estud. psicol.** (Natal), Natal, vol. 9, n. 3, p. 471-478, 2004.

DE JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre Identidade de gênero: conceitos e termos**. EBOOK. Brasília: Protocolo EDA/DF 2012, nº366, 2012.

ELLIS, Charles P. Hoy; GOLDSSEN, Karen I. Fredriksen. Depression Among Transgender Older Adults: General and Minority Stress. **Am J Community Psychol**, p.1-18, 2017.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil**: relatório 2013/2014. Salvador, 2014. Disponível em: <<http://homofobiamata.files.wordpress.com/2014/03/relatc3b3rio/homicidios-2013.pdf>>. Acesso em: 14/05/2016.



HMC, Pedro. **Um livro para ser entendido**. 1. ed. São Paulo: Planeta, 2016.

KAFFER, Karen Ketlin; et al. A transexualidade e o mercado formal de trabalho: principais dificuldades para a inserção profissional. In: **Anais do IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**, Porto Alegre, RS, Brasil, 2016.

KHAN, Mariam, ILCISIN, Misja, SAXTON, Katherine. Multifactorial discrimination as a fundamental cause of mental health inequities. **International Journal for Equity in Health**, vol.16, n.1, 43-55, 2017.

KLEIN, Augustus; GOLUB, Sarit A. Family Rejection as a Predictor of Suicide Attempts and Substance Misuse Among Transgender and Gender Nonconforming Adults. **LGBT Health**, vol.3, n.3, p.193-199, 2016.

KULICK, Don. **Travesty: sex, gender, and culture among Brazilian transgendered prostitutes**. Chicago: Chicago Press, 1998.

LICCIARDI, Norma, WAITMANN, Gabriel, OLIVEIRA, Matheus Henrique Marques de. A discriminação de mulheres travestis e transexuais no mercado de trabalho. **Revista Científica Hermes**, vol. 14, p.201-21, 2015.

LOMBARDI, Emilia L.; et al. Gender Violence. **Journal of Homosexuality**. vol.42, p.1, 89-101, 2002.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6.ed. São Paulo: Editora Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LUIZ, Ronir Raggio, MAGNANINI, Mônica M.F. A lógica da determinação do tamanho da amostra em investigações epidemiológicas. **Cad Saude Coletiva**.vol.8, p. 9-28, 2000.

MASON, Friday. **Professor dá aula vestido de drag queen na PB para provocar reflexão sobre homofobia**. 2017. In: CARNEIRO, Krystine. Dia Internacional de Combate à Homofobia, G1 – Paraíba,



Brasil. Disponível em: < <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/professor-vai-dar-aula-montado-de-drag-queen-na-pb-para-refletir-sobre-homofobia.ghtml>>. Acessado em 19/05/2017.

MEYER, Ilan H. et al. Demographic Characteristics and Health Status of Transgender Adults in Select US Regions: Behavioral Risk Factor Surveillance System. **American Journal of Public Health**. vol.107, n.4, p. e1-18, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de S. A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, vol.10, supl.1, p. 07-18, 1994.

MIYAKE, Taiane. **Nós temos que fazer com que a rua seja uma opção e não uma imposição**. 2016. In: BATISTA, Junior. Direito LGBT. Baphônico. Disponível em: < <http://blogs.atribuna.com.br/baphonico/2017/01/nos-temos-que-fazer-com-que-a-rua-seja-uma-opcao-e-nao-uma-imposicao/>>. Acessado em 20/05/2017.

NICÁCIO, Camila Silva; VIDAL, Júlia Silva. Adolescentes travestis e transexuais em conflito com a lei: a emergência de novas reivindicações. **Cadernos de Gênero e Diversidade**. vol.02, n.02, pp. 46-48, 2016.

NOLLE, Kristen Clements; MARX, Rani; KATZ, Mitchell. Attempted Suicide Among Transgender Persons: The Influence of Gender-Based Discrimination and Victimization. **Journal of Homosexuality**, vol. 51, n.3, p.53-69, 2006.

OLIVEIRA, João Manuel; et al. Pessoas LGBT – identidades e discriminação, p.149-209, 2010. In: OLIVEIRA, João Manoel; NOGUEIRA, Conceição. **Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de gênero**. 1.ed. Clássica – Artes Gráficas, S.A: Porto, Lisboa, 2010.

PARKER, Ricard. Stigma, prejudice and discrimination in global public health. **Cad Saude Publica**. vol.28, n.1, p.164-9, 2012.

PASCOE, Elizabeth A.; RICHMAN, Laura Smart. Perceived discrimination and health: a meta-analytic review. **Psychol Bull**. vol. 135, n.4, p.531-554, 2009.



PINTO, Thiago Pestana; et al. Silicone líquido industrial para transformar o corpo: prevalência e fatores associados ao seu uso entre travestis e mulheres transexuais em São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 7, p. e00113316, 2017.

REISNER, Sari L. et al. Global health burden and needs of transgender populations: a review. **Lancet**, vol.388, p.412-36, 2016.

ROSSER, B.R. Simon; et al. Capturing the Social Demographics of Hidden Sexual Minorities: An Internet Study of the Transgender Population in the United States. **Sexuality Research & Social Policy: Journal of NSRC**, vol. 4, n.2, pp. 50–64, 2007.

SANCHEZ, Zila van der Meer; NAPPO, Solange Aparecida. Sequência de drogas consumidas por usuários de crack e fatores interferentes. **Revista Saúde Pública**, vol.36, n.4, p. 420-430, 2002.

SANTOS, Adelyany Batista dos; SHIMIZU, Helena Eri; HAMANN, Edgar Merchan. Processo de formação das representações sociais sobre transexualidade dos profissionais de saúde: possíveis caminhos para superação do preconceito. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, vol. 19, n. 11, p. 4545-4554, Nov. 2014.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. **Cartilha da Diversidade Sexual e Cidadania LGBT**. São Paulo: SJDC, 2014.

SAUSA, Lydia A. Translating Research into Practice: Trans Youth Recommendations for Improving School Systems. **Journal of Gay & Lesbian Issues in Education**, vol. 3, n.1, p. 15-27, 2005.

SILVA, Marcos Aurelio da. O corpo na cidade: Festa, militância e os caminhos das políticas LGBTs em Mato Grosso e no Brasil. **Amazôn.**, Rev. Antropol. (Online), vol.8, n.1, p.142 - 171, 2016b.

SILVA, Renan Antônio. Sufocamento dentro de um armário, pressão longe do mesmo: relato de experiência em uma escola LGBTTT. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, vol.02, n.02, pp.45-49, 2016a.

SILVA, Renan Antônio. Ensino, tecnologia e preconceito: diário de campo em uma escola destinada ao público LGBTTT no Brasil. RIAEE –



Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 12, n. esp. 2, p. 1217-1233, 2017.

SILVA, Luan Layzon Souza; JUNIOR, Francisco Francinete Leite. Homofobia na escola: problematizando gênero e sexualidade entre estudantes do ensino médio. **Cadernos de Gênero e Diversidade**. vol.02, n.02, pp.30-37, 2016.

SOUSA, Junior Araújo. Travestis e transexuais no universo das pesquisas científicas. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, vol. 10, n. 15, 2016a.

SOUSA, Karol Jefessom Alves de. As diversas manifestações homofóbicas e suas consequências no cotidiano das minorias LGBT. **Revista Clovis de Moura de Humanidades**. vol.2, n.1, pp.27-44, 2016b.

SOUZA, Érica; PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Paula Sandrine. **Relatório Descritivo do projeto transexualidades e saúde pública no brasil**: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans. Universidade Federal de Minas Gerais, p.110. PDF. Disponível em < <http://www.nuhufmg.com.br/homens-trans-relatorio2.pdf> >. Acesso em 18 jun. 2016.

SOUZA, Martha Helena Teixeira de; et al. Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 767-776, 2015.

VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. Diversidade sexual e homofobia no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

VERGARA, Daniel Luís Moura. **Eu, uma Drag, no país das maravilhas**. Uma etnografia do devir Trans em Pelotas-RS. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pelotas, 2014.

VIEIRA, Rafael Lima. **Intencionalidades políticas no pensamento educativo da militância LGBT em Caruaru**. Caruaru, 2013. 261 f. Dissertação (mestrado) - UFPE, Centro Acadêmico do Agreste, Programa de Pós-graduação em Educação Contemporânea, 2013.



Prevalence of Discrimination in Life, between Travestis, Transexuais and Transgender

ABSTRACT: The present study aimed to estimate the prevalence of discrimination suffered in life, among travesties, transgenders and transsexuals. Cross-sectional study with a quantitative approach, carried out in Social Networks between February and April 2017. The groups were selected by posting the research in specific groups and in the research page, with a final sample of 869. Of the total interviewed, 55.24% reported having suffered some discrimination in life. When describing the episodes of discrimination, it was observed that 49.7% occur in the family environment, 49% in the school and 62.7% in the work. Particularly in the family environment, high proportion was related about the acceptance of gender identity. It is concluded that discriminatory processes in life occur in different environments related to education, working conditions and family social support, which increase situations of social vulnerability among travesties, transgenders and transsexuals.

KEYWORDS: Discrimination. Gender Identity. Suffering.

Junior Araujo SOUSA

Doutorando em Saúde Coletiva pela Universidade Católica de Santos - UNISANTOS, ênfase no grupo LGBT, Mestre em Biotecnologia pela Universidade de Mogi das Cruzes - UMC, Biomédico pela Universidade Paulista – UNIP, Secretário suplente na Comissão Municipal da Diversidade Sexual de Santos, São Paulo.

Taiane Miyake Alves de Carvalho ROCHA

Coordenadora Executiva da Comissão Municipal de Diversidade Sexual de Santos, Brasil, politicamente se identifica como travesti, socialmente por mulher transexual, ativista, militante das causas LGBT e agente de prevenção voluntária.

Claudia Renata dos Santos BARROS

Doutora e Mestre em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo – USP, Docente da Universidade Católica de Santos, Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Santos-SP.

Recebido em: 26/05/2017

Aprovado em: 13/01/2018